

Demonstrações Contábeis Exercício de 2024								
Balanço Patrimonial dos Exercícios findos em				31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2024	2023	
Ativo Circulante				Passivo Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	4	26.194.230,18	33.700.493,61	Fornecedores		12.246.021,02	12.634.135,44	
Adiantamentos a Fornecedores		31.874,80	51.724,63	Obrigações Trabalhistas	9	25.323.925,31	24.801.332,94	
Adiantamentos a Empregados	5	4.409.020,35	3.973.800,11	Obrigações Sociais e Fiscais	10	23.094.738,73	20.616.456,51	
Adiantamentos para Despesas		16.022,80	1.292,74	Empréstimos Bancários		-	3.245.000,00	
Impostos Recuperáveis		490,86	12.012,37	Contas a Pagar		3.421.051,55	3.726.764,34	
Créditos de Contratos de Gestão e Convênios				Provisões para Férias e Encargos		46.118.747,32	40.228.256,20	
Outros Créditos	6	68.269.952,46	75.175.493,28			110.204.483,93	105.251.945,43	
Estoques		1.960.606,92	1.964.670,58	Passivo Não Circulante				
Reservas para Contingências		-	32.263.067,04	Provisões para Contingências	11	383.604,00	317.654,66	
Despesas Antecipadas		114.828,46	187.512,15	Contas a Pagar		29.317,93	29.317,93	
		101.105.778,63	147.443.632,67	Recursos Governamentais a Realizar		993.327,34	1.775.342,28	
				Bens Públicos em nosso poder	12	13.404.242,90	10.965.138,59	
Ativo Não Circulante						14.810.492,17	13.087.453,46	
Imobilizado	7	13.395.399,80	10.943.569,78	Patrimônio Líquido				
Intangível	8	8.843,10	21.568,81	Patrimônio Social		38.509.551,07	38.509.551,07	
		13.404.242,90	10.965.138,59	Déficit / Superávit do Exercício	25	(6.112.729,55)	6.830.115,17	
				Transferências Patrimoniais		(42.901.776,09)	(5.270.293,87)	
						(10.504.954,57)	40.069.372,37	
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido				
Total do Ativo		114.510.021,53	158.408.771,26			114.510.021,53	158.408.771,26	
Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)								
			Patrim�nio Social			Transferências Patrimoniais	Patrim�nio Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2022			66.441.123,04			(2.758.216,67)	38.509.551,07	
Incorporac�o do Superávit/Déficit			(25.173.355,30)			25.173.355,30	-	
Incorp. das Transf. Patrimoniais			(2.758.216,67)			-	-	
Transferências Patrimoniais			-			2.758.216,67	-	
Superávit/Déficit do Exercício			-			(5.270.293,87)	(5.270.293,87)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023			38.509.551,07			6.830.115,17	6.830.115,17	
Incorporac�o do Superávit/Déficit			-			-	-	
Incorp. das Transf. Patrimoniais			-			(6.830.115,17)	(6.830.115,17)	
Transferências Patrimoniais			-			5.270.293,87	5.270.293,87	
Superávit/Déficit do Exercício			-			(42.901.776,09)	(42.901.776,09)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024			38.509.551,07			(6.112.729,55)	(6.112.729,55)	
						(42.901.776,09)	(10.504.954,57)	

Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

	Patrim�nio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrim�nio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.441.123,04	(25.173.355,30)	(2.758.216,67)	38.509.551,07
Incorporac�o do Superávit/Déficit	(25.173.355,30)	25.173.355,30	-	-
Incorp. das Transf. Patrimoniais	(2.758.216,67)	-	2.758.216,67	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(5.270.293,87)	(5.270.293,87)
Superávit/Déficit do Exercício	-	6.830.115,17	-	6.830.115,17
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.509.551,07	6.830.115,17	(5.270.293,87)	40.069.372,37
Incorporac�o do Superávit/Déficit	-	(6.830.115,17)	-	(6.830.115,17)
Incorp. das Transf. Patrimoniais	-	-	5.270.293,87	5.270.293,87
Transferências Patrimoniais	-	-	(42.901.776,09)	(42.901.776,09)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(6.112.729,55)	-	(6.112.729,55)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.509.551,07	(6.112.729,55)	(42.901.776,09)	(10.504.954,57)

1. Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM   uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3  Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o n  454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo n  44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/n , publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual n  43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal n  37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n  66.518.267/0001-83, e Organiza o Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapic ba, Campinas, Rio de Janeiro, Maric  e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta institui o presta serviços na área de saúde, realizando a es através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapic ba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promo o em saúde, as a es são realizadas através dos programas de “Voluntariado”, “Deficiente Saudável”, “Integra o com a Comunidade”, “Meio Ambiente” e “PAISM – Programa de Aten o Integral a Saúde da Mulher”, executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Prouen a de Gouvêa. O CEJAM mant m junto   Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão n  R 006/2015: visando o gerenciamento e execu o de a es e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M’Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo, com prazo de vigência de 60 meses; As demonstra es contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos   realiza o e classifica o dos valores de ativos ou aos valores e   classifica o de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. Base de Preparac o das Demonstra es Contábeis - 2.a) Declara o de conformidade: As demonstra es financeiras carve-out da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposi es aplicáveis às institui es sem fins lucrativos e às funda es, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolu o n.  1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar n  187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal n  11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certifica o das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isen o de contribui es para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. Estas demonstra es financeiras carve-out contemplam apenas os bens, direitos, obriga es e o resultado das opera es do contrato de gestão n  R 006/2015, gerido pelo CEJAM. Dessa forma, as demonstra es financeiras carve-out podem não ser um indicativo da posi o e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o contrato de gestão n  R 006/2015 tivesse operado como uma única entidade independente. Todas as informa es relevantes próprias das demonstra es financeiras carve-out, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administra o da Entidade na sua gestão. 2.b) Base de mensura o: As demonstra es financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exce o dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.c) Moeda funcional e moeda de apresenta o: Essas demonstra es financeiras estão apresentadas em reais, que   a moeda funcional da Entidade. Todas as informa es financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. 2.d) Uso de estimativas e julgamentos: A prepara o das demonstra es contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administra o faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplica o de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira cont nu . Revisões com rela o a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a: • Vida útil do ativo imobilizado. • Provisões em geral. Não houve mudanças significativas nas estimativas do período em rela o àquelas que vinham sendo aplicadas.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a estas primeiras demonstra es financeiras carve-out da Entidade e continuarão sendo adotadas continuamente a partir dos exercícios iniciados em 1  de janeiro de 2025. 3.a) Instrumentos financeiros: • Reconhecimento e mensura o inicial: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se torna parte das disposi es contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro   inicialmente mensurado ao custo amortizado, os custos de transa o que são diretamente atribuíveis   sua aquisi o ou emissão. • Classifica o e mensura o subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro   classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de d vida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2024, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de d vida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de

ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresenta o posterior   mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro   mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condi es a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.   mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR). Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros   reconhecido no resultado. • Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado   reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento   reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber do Contrato de Gestão e Operacionaliza o e outros créditos. • Passivos financeiros: Classifica o, mensura o subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro   classificado como VJR caso for classificado como mantido para negocia o. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros,   reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também   reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. • Compensac o: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido entre eles   apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a inten o de realiz -los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • Instrumentos financeiros derivativos: A Entidade não possuía, em 31 de dezembro de 2024, nenhuma opera o com instrumentos financeiros derivativos, incluindo opera es de hedge. 3.b) Imobilizado: • Reconhecimento e mensura o: itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisi o, deduzido de deprecia o acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis   aquisi o de um ativo. As aquisi es com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisi es transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados   presta o dos serviços utilizados pela contratada, necessários   presta o do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolu o tecnológica ou outros fatores específicos. • Deprecia o: a deprecia o   contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública,   contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econ mica dos bens revisada pela Entidade. A Administra o reavaliou a situa o no exercício de 2024 e não detectou altera es relevantes, mantendo as taxas definidas em 2023. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 25 anos; • Instala es: 10 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos.

3.c) Intangível: • Reconhecimento, mensura o e amortiza o: o ativo intangível de vida útil definida   composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear   taxa de 20% a.a. 3.d) Redu o ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado   avaliado a cada data de apresenta o para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administra o da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. 3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, varia es monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão   reconhecida em fun o de um evento passado, se a Entidade tem uma obriga o legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e   provável que um recurso econ mico seja exigido para liquidar a obriga o. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.f) Patrim nio líquido: Representa o patrim nio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constitui o, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n  1. 3.g) Receitas: As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doa es de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisi es de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado   aquisi o de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisi es transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados   presta o dos serviços utilizados pela contratada, necessários   presta o do serviço público,

Demonstra�o dos Resultados dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)				Notas	2024	2023
Receitas Líquidas						
Contratos de Gestão e Convênios	14	774.029.333,39	658.872.211,74			
Realiza�o de Bens Públicos em nosso poder		1.215.880,26	1.233.955,19			
(-) Repasse destinado � aquisi�o de Imobilizado	3.g	(3.654.984,57)	(1.202.540,26)			
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(1.943.768,47)	(1.810.229,02)			
Custos						
Pessoal e Reflexo	16	(753.066.612,56)	(637.818.757,75)			
Serviços Terceirizados	17	(155.747.396,55)	(105.559.055,20)			
Medicamentos e Materiais de Consumo	18	(14.188.833,66)	(10.095.858,29)			
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	23	(132.859.757,36)	(117.169.173,97)			
(-) Isen�o da CPP Usufr�ida	23	132.859.757,36	117.169.173,97			
(=) Resultado Bruto						
Despesas		(51.071.434,55)	(23.987.339,70)			
Impostos, Taxas e Contribui�es		(151.605,55)	(140.559,80)			
Despesas Gerais	19	(50.853.879,66)	(23.846.749,90)			
Provisões para Contingências		(65.949,34)	-			
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais						
Receitas com Doa�o		24.920.941,74	3.102.584,90			
Outras Receitas		9.687,93	47.958,54			
		24.911.253,81	3.054.626,26			
Rec/Desp Financeiras						
Resultado Financeiro	15	(9.570.644,76)	(1.610.114,90)			
Receitas Financeiras		3.457.915,21	8.440.230,07			
(-) Despesas Financeiras		3.529.288,42	8.547.708,77			
		(71.373,21)	(107.478,70)			
Déficit / Superávit do Exercício						
	25	(6.112.729,55)	6.830.115,17			

(Demonstra o do Resultado Abrangente dos Períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais))

	2024	2023
(Déficit) / Superávit do exercício	(6.112.729,55)	6.830.115,17
Total do Res. Abrangente do Exercício	(6.112.729,55)	6.830.115,17

Demonstra o dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 - (em Reais)

Atividades Operacionais	2024	2023
(Déficit) / Superávit do Exercício (Aumento) Redu�o do Ativo	(6.112.729,55)	6.830.115,17
Adiantamentos a Fornecedores	(31.874,80)	(49.800,28)
Adiantamentos a Empregados	(4.409.020,35)	(272.302,46)
Adiantamentos para Despesas	(16.022,80)	13.980,16
Impostos Recuperáveis	(490,86)	(490,86)
Créditos com Convênios	(68.269.952,46)	(1.748.736,59)
Outros Créditos	(108.751,80)	(4.179.529,65)
Estoques	(1.960.606,92)	(1.964.670,58)
Despesas Antecipadas	(114.828,46)	44.379,74
Aumento (Redu�o) do Passivo		
Fornecedores	12.246.021,02	3.150.424,63
Obriga�es Trabalhistas	25.323.925,31	3.568.725,08
Obriga�es Sociais e Fiscais	23.094.738,73	2.653.996,79
Provisões para Férias e Encargos	46.118.747,32	1.791.879,49
Provisão para Contingências	383.604,00	(2.330.376,29)
Recursos Governamentais a Realizar	993.327,34	-
Outras Obriga�es	3.450.369,48	2.706.660,50
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		
	30.586.455,20	10.214.254,85
Atividades de Investimento		
Aquisi�o de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(3.654.984,57)	(3.030.730,87)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		
	(3.654.984,57)	(3.030.730,87)
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	3.654.984,57	3.030.730,87
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	-	3.245.000,00
Incorporac�o ao Patrim�nio Líquido	(4.392.225,02)	(5.270.293,87)
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento		
	(737.240,45)	1.005.437,00
Varia�o Líquida nas Disponibilidades		
	26.194.230,18	8.188.960,98
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no In�cio do Exercício	-	25.511.532,63
Disponibilidades no Final do Exercício	26.194.230,18	33.700.493,61
Varia�o Líquida nas Disponibilidades		
	26.194.230,18	8.188.960,98

que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolu o tecnológica ou outros fatores específicos. 3.h) Despesas: As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. 3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplica es financeiras. A receita de juros   reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. 3.j) Apura o do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas   efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados   reconhecida no resultado em fun o da sua realiza o. Uma receita não   reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realiza o. 3.k) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2024: As normas e interpreta es que se aplicam pela primeira vez em 2024, não apresentam impactos nas demonstra es contábeis da Entidade. A entidade não irá adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpreta o ou altera o que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2024	2023
Fundo Fixo	-	1.000,00
Fundo Fixo de Caixa	-	1.000,00
	2024	2023
Banco – Conta Movimento	487,46	15.684.676,72
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	1,00
Banco Bradesco S.A.	487,46	15.684.677,72
	2024	2023
Banco – Aplica�es Financeiras	4.061.750,57	303.169,09
Banco do Brasil S.A.	22.131.992,15	6.704.124,12
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	11.007.522,68
Banco Bradesco S.A.	26.193.742,72	18.014.815,89

A Entidade mant m a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n  1. As aplica es financeiras da institui o não estão sujeitas   incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isen o de tributos federais. As aplica es financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio das aplica es financeiras foi de 10,9891 % ao ano.

5. Adiantamento a Empregados	2024	202
------------------------------	------	-----

Imobilizado		Taxa	2023	Adições	Depreciação	2024
Imobilizado de Gestão Pública						
Benefícios em Imóveis		4%	7.428.815,10	6.252.948,19	(3.887.972,12)	9.793.791,17
Instalações		10%	205.435,63	169.390,25	(68.645,89)	306.179,99
Máquinas e Equipamentos		10%	698.105,78	3.088.464,84	(3.095.015,28)	691.555,34
Equipamentos de Uso Médico		10%	1.596.861,24	3.785.940,50	(3.872.589,97)	1.510.211,77
Equipamentos de Informática		20%	112.346,59	2.028.306,39	(2.052.753,04)	87.899,94
Móveis e Utensílios		10%	819.322,90	2.230.752,31	(2.098.992,06)	951.083,15
Aparelhos e Inst. de Uso Médico		10%	82.682,54	1.381.257,60	(1.409.261,70)	54.678,44
			10.943.569,78			13.395.399,80

Conforme preceituado no contrato de gestão e convênios firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

8. Intangível		Taxa	2023	Adições	Amortização	2024
Intangível de Gestão Pública						
Direito de Uso						
Sistemas	20%	21.568,81	360.508,92	(373.234,63)	8.843,10	8.843,10
			21.568,81			8.843,10

9. Obrigações Trabalhistas		2024	2023
Salários a Pagar		25.245.696,31	23.890.433,34
Rescisões a Pagar		29.081,33	855.876,08
Pensões Alimentícias a Pagar		49.147,67	55.023,52
		25.323.925,31	24.801.332,94

10. Obrigações Sociais e Fiscais		2024	2023
INSS a Recolher		2.138.110,55	1.821.896,62
FGTS a Recolher		4.710.507,59	3.973.927,44
Contribuições Sindicais e Assist. a Recolher		71.342,45	67.203,46
IRRF a Recolher		14.554.224,91	13.408.696,28
CSRF a Recolher		976.584,68	540.277,79
INSS Retido a Recolher		576.191,42	715.286,70
INSS Retido na Fonte a Recolher		67.777,13	89.168,22
		23.094.738,73	20.616.456,51

11. Provisões para Contingências		2024	2023
Provisões para Contingências Trabalhistas		383.604,00	317.654,66
		383.604,00	317.654,66

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas avaliados com perda possível no montante de R\$ 3.579.217,00, sem provisão contábil constituída.

12. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 13.404.242,90 em 2024 e R\$ 10.965.138,59 em 2023, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

13. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis "CARVE-OUT"

amos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis "carve-out". Consequentemente, essas demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Restrições sobre o uso e distribuição: As demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela Administração do CEJAM com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal de Saúde identificados pelo CEJAM e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o CEJAM e Secretaria Municipal da Saúde.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, para as quais emitiram relatório datado de 11 de abril de 2024 sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis "carve-out": A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis "carve-out", a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out": Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

22. Certificado Beneficente de Assistência Social (Cebas): Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição 60, Seção 1, Pág. 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCEP/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. Atendendo à legislação e demais regulamentações vigentes, a Entidade protocolou tempestivamente seu requerimento de renovação junto ao Ministério da Saúde sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07/10/2024, o qual permanece em análise. Até o momento, o processo de renovação não foi concluído. No entanto, a Entidade está amparada pelo disposto no art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, que estabelece: "Art. 14. A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado tempestivamente." A Administração do CEJAM e seus Assessores entendem que todos os procedimentos obrigatórios foram cumpridos de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, garantindo o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Dessa forma, consideram legítimo o benefício da Isenção Previdenciária Usufruída.

23. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal): A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2024 foi de R\$ 117.169.173,97 e do ano de 2023 foi de R\$ 117.169.173,97 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2024	2023
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(132.738.141,05)	(117.094.114,95)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas	(121.616,31)	(75.059,02)
		(132.859.757,36)
(-) Imunidade Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	132.738.141,05	117.094.114,95
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por Pessoas Físicas	121.616,31	75.059,02
		0,00

24. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

25. Déficit/Superávit do Exercício: O Déficit do exercício de 2024 foi de R\$ 6.112.729,55 e em 2023 o Superávit foi de R\$ 6.830.115,17.

26. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes às demonstrações contábeis "carve-out" de 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.

CRC 2 SP 015165/O-8

Carlos Aragaki - Contador CRC 1 SP 132091/O-1